

MUNICÍPIO DE ARACRUZ

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

ATA DA 6ª REUNIÃO GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DO CACS/FUNDEB 2025.

Mandato: 2023/2026

No dia dez de dezembro de dois mil de vinte e cinco, às quatorze horas, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Município de Aracruz, reuniram-se em reunião ordinária no Polo da UAB em Aracruz/Centro. O presidente, Sr. Valber Luiz Camporês iniciou dando as boas-vindas aos presentes. Constatou-se a presença dos conselheiros Júlio Cesar Alves dos Santos, Geziani da Penha Altafin Gonçalves, Aciara Carvalho, Ana Paula Siqueira Fink, Rosieli Geraldina Merotto Foletto e Manuela Lopes dos Santos Neves. Dessa forma, em conformidade com o Art. 15, §1º, da Lei Municipal nº 4.367, de 07 de abril de 2021, que dispõe sobre o quórum necessário para a realização das reuniões, o presidente aguardou o prazo regulamentar de trinta minutos para a segunda convocação. Assim, a reunião teve início oficial às 14h30, com os membros presentes. Atendendo ao item I da pauta, o presidente solicitou a leitura da ata da reunião anterior pela conselheira Rosieli Merotto que, após a leitura, obteve a aprovação dos presentes. Dando continuidade ao item II da pauta, na comunicação do presidente, enfatizou a importância da atuação de cada membro do CACS/FUNDEB na fiscalização do uso dos recursos da educação e elogiou a ação das membras da comissão que acompanha o PNATE na vistoria realizada no transporte dos estudantes em Santa Rosa. No item III da pauta, apresentação pelos conselheiros de comunicações de cada segmento, não houve manifestação. Dessa forma, o presidente Valber deu seguimento ao item IV da pauta, referente ao relatório de correspondências e comunicações recebidas e expedidas. O presidente Valber relatou o envio do Ofício nº 05/2025 à Câmara Municipal de Aracruz, solicitando reunião com a comissão da Lei Orçamentária Anual (LOA), o qual já foi atendido por outros meios, sem necessidade de aguardar resposta dos vereadores. Informou, ainda, que o município realizará um Fórum Municipal como representantes de vários segmentos do município, com o objetivo de discutir o alcance das metas do Plano Municipal de Educação, no qual atuará como representante do CACS-FUNDEB, tendo Fernanda Rocha como suplente. Acrescentou ainda, que já recebeu a prestação de contas de novembro para análise deste Conselho. Dando prosseguimento, o presidente Valber passou para o item V da pauta, referente às manifestações das comissões. A conselheira Rosieli informou que o Censo Escolar foi reaberto no mês de novembro, para retificação, sobretudo de matrículas em

duplicidade, e que o setor responsável da prefeitura acompanhou todo o processo, solicitando às escolas a realização dos devidos ajustes. Em seguida, a conselheira Manuella informou que a Câmara Municipal de Aracruz está em fase de discussão da Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima as receitas e fixa as despesas para o exercício seguinte, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). Ressaltou que se trata de um texto extenso, que exige acompanhamento atento. O presidente Valber lembrou que oficializou pedido de participação deste conselho na análise da LOA e contou com o apoio da conselheira Manuella na organização de uma reunião, ocasião em que a Casa Legislativa se colocou aberta à participação do colegiado. Disse ainda, que considerando a extensão do documento e o acesso já disponibilizado a este Conselho, o material foi encaminhado à conselheira Ana Paula, a fim de auxiliar na análise. Destacou-se que a análise deverá verificar se as propostas da prefeitura estão em conformidade com a legislação federal e municipal, especialmente quanto à destinação dos recursos vinculados à educação. A conselheira Manuella enfatizou, ainda, a importância de que, após a aprovação da lei, seja realizado um acompanhamento rigoroso de sua execução. O conselheiro Júlio, representante da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), informou que os encontros nacionais da entidade passam a ser denominados congressos nacionais, enquanto os estaduais serão seminários, conforme alteração nos estatutos a partir deste ano. Ressaltou que o congresso nacional deste ano tratou de discussões relevantes sobre o Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação, destacando materiais consistentes, edificantes e ricos em saberes, os quais se comprometeu a compartilhar com os conselheiros interessados. Acrescentou que o próximo congresso nacional da UNCME ocorrerá em Brasília, em razão das eleições gerais no Brasil em 2026. Enfatizou que sua participação como conselheiro representou momento importante para deliberações e posicionamentos políticos, com ênfase propositiva, questionadora e voltada para uma educação de qualidade, inclusiva e transformadora, abrangendo principalmente a educação especial, do campo, indígena, quilombola, ribeirinha, entre outras. Informou, ainda, que a entidade pretende organizar o congresso estadual para julho de 2026, a ser realizado antes do nacional, e defendeu, entre as proposições do congresso nacional, a necessidade de assessoria contábil própria nos conselhos municipais, para correção de questões técnicas, como condicionalidades do FUNDEB (repasse para escola em tempo integral, infantil e educação especial). Salientou, por fim, a importância de incluir rubrica específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) para os conselhos, garantindo autonomia, condições de atuação e plenos poderes, em prol da democracia. O presidente Valber expressou satisfação com as colocações do conselheiro Júlio, reforçando a crença na valorização dos conselhos

nesse contexto. Na continuidade, o presidente Valber passou a palavra à conselheira Geiziani, que relatou a visita realizada por ela, pelo presidente Valber e pela conselheira Fernanda à CMEB Esther Nascimento dos Santos, localizada em Santa Rosa, Aracruz (ES), para vistoria no transporte escolar, durante o embarque e desembarque das crianças, ocasião em que foram identificadas algumas irregularidades nos transportes (ônibus) que fazem as rotas até na escola. Essas irregularidades foram devidamente registradas no *checklist* da vistoria. Informou ainda, que o valor repassado pelo PNATE é destinado ao transporte em Santa Rosa, mas revela-se insuficiente. Esclareceu que o mecanismo de repasse do PNATE ficou mais compreensível, e que outros recursos complementam o transporte, além do PNATE. Para finalizar, a conselheira Geiziani enfatizou a importância de vistorias mais frequentes. Ainda sobre a realização da vistoria, o presidente Valber pontuou que nada justifica as irregularidades constatadas, considerando que se tratar de um serviço sério que envolve a vida de crianças e adolescentes, e que o Conselho se manifestará sobre o assunto. Os demais conselheiros não se manifestaram. Não havendo mais nada a tratar, o presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, eu Rosieli Geraldina Merotto Foletto, lavrei a presente ata que será assinada por mim e demais membros do Conselho, sendo os presentes:

Documento assinado digitalmente
 VALBER LUIZ CAMPORES
Data: 11/03/2026 11:35:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 MANUELA LOPES SANTOS NEVES
Data: 11/03/2026 11:46:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ROSIELI GERALDINA MEROTTO FOLETTO
Data: 11/03/2026 14:06:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA SIQUEIRA FINK
Data: 12/03/2026 10:07:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>